

Amapá regulariza terras beneficiando 600 famílias

Doações beneficiam moradores na Rodovia do Centenário

O governo do Amapá garantiu segurança jurídica para cerca de 600 famílias que viviam em situação de vulnerabilidade e irregularidade às margens da Rodovia do Centenário, na Zona Norte de Macapá.

No domingo (4), o governador Clécio Luís (Solidariedade) assinou, junto à União, os termos de doação das áreas Terra Prometida e parte da Nova Aliança. Na região, o Estado fará a implementação de políticas públicas de habitação e regularização fundiária de interesse social.

“A gente trata moradia popular como um direito, e não como um favor. Essa terra será passada imediatamente para os verdadeiros donos, que são esses moradores que estão aqui. Agora, com os documentos em mãos, já podemos aplicar os recursos para pavimentar, urbanizar, levar energia e tudo o que um cidadão precisa para viver bem com a sua família. Não é só um papel, é uma nova vida”, destacou Clécio Luís.

Segurança jurídica

A segurança jurídica da posse gera dignidade, melhora a qualidade de vida dos beneficiários, promove inclusão social e contribui para o desenvolvimento e o ordenamento urbano. A ação representa um marco para a política de habitação e regularização fundiária no Amapá, promovida pela atual gestão do Executivo estadual, e fortalece a cooperação



Clécio Luís entregou os títulos de propriedade aos moradores

entre a União e o estado.

Juntas, as áreas destinadas neste domingo somam 107.264 metros quadrados. A assinatura dos termos de doação, realizada na Rodovia do Centenário, próxima às áreas beneficiadas, marcou a primeira entrega oficial do Governo do Estado em 2026. A doação faz parte de um esforço conjunto do Governo do Amapá com órgãos do Governo Federal e com os senadores Davi Alcolumbre e Randolfe Rodrigues, a partir do repasse da Gleba Cumaú A.

“O presidente Lula teve a sensibilidade necessária e transferiu em definitivo essas áreas do Nova Aliança e da Terra Pro-

metida. A área agora é dos moradores, para poderem ter casa, lazer e descanso. Eu e o senador Davi estamos garantindo recursos para pavimentação e urbanização, para que as pessoas tenham um teto para morar, acesso à saúde, à educação e a todos os direitos que todo cidadão precisa ter”, afirmou o senador Randolfe Rodrigues.

O governo do estado solicitou à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a doação das áreas, a pedido dos moradores, e realizará ações de preservação ambiental e urbanização, com implantação de infraestrutura básica, como saneamento, energia

elétrica, iluminação pública, pavimentação, áreas de lazer, segurança e equipamentos públicos.

“Conseguimos esse avanço com um trabalho conjunto e estamos aqui hoje para dar essa boa notícia e começar o ano cheios de alegria”, celebrou a superintendente da SPU, Liely Gonçalves.

“Aquele tempo de insegurança e medo acabou. Agora é um novo momento. Além de destinar as áreas, o Governo Federal enviou mais de R\$ 2 milhões para a regularização da Área J, Nova Aliança e Terra Prometida, abrangendo cerca de 1,9 mil lotes”,

Agência Amapá de Notícias

Governo do Pará lança plano estratégico para ações até 2050



Vice-governadora Hana Ghassan participou da construção

O governo do Pará publicou, no Diário Oficial do Estado (DOE), nesta terça-feira (6), a Lei 11.291, que institui o Plano Estratégico de Longo Prazo do Estado - Pará 2050, que passa a orientar o planejamento público estadual para os próximos 25 anos. Elaborado de forma participativa e plural, o plano é resultado de estudos especializados sobre as realidades territoriais, sociais e ambientais do Estado e estabelece uma agenda estratégica de ações, projetos e investimentos estruturantes voltados ao desenvolvimento sustentável.

Entre os fundamentos do plano estão a governança compartilhada, de caráter multi-institucional e multinível, o fortalecimento do planejamento estratégico como função

central da governança pública e o alinhamento entre os instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos.

Pará 2050

“O Pará 2050 é um plano de longo prazo que orienta toda a atuação do Estado. A partir dele, o

planejamento público passa a estar alinhado a uma visão estratégica clara de futuro. Isso significa que o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), serão elaborados em consonância com as diretrizes do PARÁ 2050, garantindo coerência entre o que o Estado planeja, o que prioriza e o que executa. É um avanço fundamental para assegurar políticas públicas mais eficientes, integradas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável do Pará”, destacou a diretora de Planejamento Estratégico da Seplad.

Outro eixo estruturante do plano é a transversalidade e intersectorialidade das políticas públicas, reconhecendo que desafios complexos exigem ações integradas entre diferentes áreas.

Amazonas intensifica ações ambientais

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) aplicou R\$ 30,6 milhões em multas, embargou 239 mil hectares e consolidou 14 etapas de fiscalização em 2025, durante a Operação Região Metropolitana, que teve como foco o combate ao desmatamento ilegal, queimadas irregulares, exploração madeireira sem licença, ocupações irregulares e atividades agropecuárias sem autorização.

As ações também resultaram na apreensão de madeira, equipamentos e bens utilizados nas infrações.

As fiscalizações abrangem os municípios de Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Silves, Itapiranga, Presidente Figueiredo, Careiro da Várzea, Manacapuru, Autazes e Careiro Castanho, com atuação em ramais, rodovias, áreas rurais, zonas de expansão urbana e unidades de conservação, priorizando áreas de maior pressão ambiental.

Principais crimes

De acordo com o balanço do Ipaam, os principais crimes constatados foram supressão de vegetação sem licença, uso irregular do fogo, exploração e transporte de madeira sem documentação, abertura de áreas para pastagem e ocupações em áreas protegidas.

Em parte das etapas, também foram registrados descumprimentos de embargos e reincidência de infrações.

O diretor-presidente do Ipaam, Gustavo Picanço, afirma que o reforço no monitoramento e a presença contínua das equipes contribuíram para ampliar a capacidade de resposta do Estado e coibir atividades ilegais na região.

“Os resultados refletem o compromisso do Governo do Amazonas com a proteção ambiental e com a responsabilização de quem insiste em desrespeitar a legislação.

A Operação Região Metropolitana fortalece o controle territorial, enfrenta atividades ilegais e ajuda a prevenir danos à floresta e à população”, destaca o diretor-presidente do Ipaam.

Além das autuações, a operação resultou na apreensão de madeira, veículos, equipamentos e ferramentas utilizadas nas práticas ilegais.

Agência Amazonas